

O jornalismo na cobertura do sofrimento humano decorrente de guerras, conflitos, desastres e mudanças climáticas – reflexões teóricas¹

Cilene Victor²

Universidade Metodista de São Paulo - UMESP

Resumo: O artigo desenvolve uma reflexão teórica sobre o papel do jornalismo na cobertura do sofrimento humano em contextos de guerras, conflitos e mudanças climáticas. Reexamina-se a objetividade jornalística como paradigma hegemônico que, ao pretender neutralidade, tende a desconsiderar desigualdades históricas e culturais, silenciando vozes vulnerabilizadas. São analisados os aportes do jornalismo humanitário e do jornalismo de paz, que propõem abordagens éticas, contextuais e não violentas. Esses modelos se completam pela ênfase no “como” noticiar, com atenção às causas estruturais, aos processos de recuperação, à pluralidade de narrativas e à dignidade da pessoa humana. Os resultados teóricos indicam pistas do jornalismo humanitário e de paz para preparar o jornalismo para cobrir o sofrimento humano, sem perpetuar e amplificar a dor.

Palavras-chave: Sofrimento humano; objetividade jornalística; jornalismo humanitário e de paz; fadiga da compaixão; comunidades interpretativas.

Introdução

De acordo com o relatório *Global Humanitarian Overview 2025* (UNOCHA, 2025), cerca de 300 milhões de pessoas, em 72 países, dependem de assistência humanitária e proteção. Desse total, 181,5 milhões são consideradas prioritárias, com demandas que incluem alimentação, água potável, abrigo, proteção e acesso à saúde. As causas dessas necessidades humanitárias são múltiplas e interdependentes, com destaque para os conflitos armados prolongados, os desastres relacionados ao clima, o deslocamento forçado e a insegurança alimentar aguda.

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora titular do programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), líder do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (HumanizaCom). Email: Cilene.victor@metodista.br

Nesse cenário de crises complexas e interligadas, o jornalismo enfrenta o desafio de cobrir o sofrimento humano sem reproduzir padrões narrativos que naturalizam a dor ou obscurecem suas causas estruturais. A crítica à objetividade jornalística, entendida como neutralidade técnica e isenção emocional, tem se intensificado diante da incapacidade desse paradigma de representar adequadamente as desigualdades e vulnerabilidades. Sob o argumento da imparcialidade, a objetividade jornalística muitas vezes silencia vozes, cristaliza estereótipos e contribui para a manutenção de perspectivas dominantes. Associada a esse modelo, a exposição constante a tragédias pode gerar reações de dessensibilização, frequentemente discutidas na literatura a partir de conceitos como sofrimento distante e fadiga da compaixão. Esses fenômenos apontam para o risco de uma cobertura que, ao reiterar imagens de dor sem contextualização ou abertura para a ação, compromete a empatia e o engajamento do público.

Frente a esses limites, ganham relevância abordagens que propõem uma prática jornalística mais ética, situada e responsável. O jornalismo humanitário, com base em autores como Scott, Bunce e Wright (2018, 2023) e Victor e Sanches (2021), destaca a centralidade dos princípios humanitários na mediação da informação em contextos de crise humanitária. Já o jornalismo de paz, concebido por Johan Galtung, enfatiza o mapeamento das causas e desdobramentos dos conflitos, a multiplicidade de vozes e a busca por soluções que rompam com narrativas polarizadas. Segundo Victor (2021), ambos os enfoques compartilham a defesa de um jornalismo capaz de ir além do “o que” noticiar, refletindo também sobre o “como” cobrir o sofrimento humano, evitando perpetuar a dor e a humilhação das vítimas.

Este artigo propõe uma revisão teórica dessas abordagens, com ênfase em suas origens, fundamentos e contrapontos ao jornalismo tradicional. Para tanto, são discutidos os seguintes eixos: a crise da objetividade, o sofrimento distante e a fadiga da compaixão, as contribuições do jornalismo humanitário e do jornalismo de paz, o papel das comunidades interpretativas e as comparações entre os modelos. O objetivo é contribuir para o aprofundamento do debate sobre práticas jornalísticas comprometidas com os direitos humanos e com a dignidade das populações afetadas por guerras, conflitos e desastres e mudanças climáticas.

Jornalismo e sofrimento humano – reflexões teóricas para uma prática humanitária

A objetividade jornalística tem sido amplamente questionada por autores que apontam sua vinculação a estruturas de poder e sua função na legitimação de ideologias dominantes. Para Gaye Tuchman (1972), a objetividade não é um valor neutro, mas uma convenção estratégica que os jornalistas utilizam para proteger sua credibilidade e evitar responsabilização. Em vez de representar imparcialidade genuína, ela atua como “ritual estratégico”, mascarando escolhas editoriais e exclusões narrativas.

Já Michael Schudson (2001) ressalta que a objetividade surgiu historicamente como resposta à desconfiança em relação à imprensa, mas acabou consolidando práticas que despolitizam os discursos e favorecem fontes institucionais. Assim, vozes marginalizadas raramente ganham espaço sem mediações que neutralizem seus relatos. Barbie Zelizer (2004) acrescenta que a objetividade funciona como “mito disciplinar” no jornalismo, promovendo a ilusão de um relato desprovido de subjetividade, quando na verdade as rotinas produtivas são atravessadas por valores, interesses e disputas. Nesse contexto, a objetividade opera como estratégia discursiva que silencia subjetividades, cristaliza estereótipos e esvazia a complexidade dos conflitos representados.

No caso dos conflitos armados, essa abordagem reproduz um binarismo marcado. Galtung (1998) destacou que o jornalismo convencional gira em torno de paradigmas belicistas, centrados em guerras vistas como disputas entre vencedores e perdedores. Tal cobertura tende a contar os fatos de modo episódico e imediatista, enfatizando atos de violência espetacular e discursos oficiais, ao passo que subestima as causas estruturais do conflito. Shinar (2007), por sua vez, enfatizou que ampliar o leque de fontes e diversificar vozes na mídia é essencial para romper com essa monologia típica de conflitos. Pesquisas, como as desenvolvidas no escopo do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (HumanizaCom), apontam que os relatos tradicionais muitas vezes desconsideram a perspectiva de grupos locais ou minoritários, reforçando visões polarizadas e singulares. Significa dizer que há crise tanto no conceito de objetividade, especialmente por excluir narrativas humanas quanto nas fórmulas narrativas padronizadas, que reduzem a complexidade de crises a eventos isolados.

A mídia globalizada estreita a relação entre audiências e tragédias ocorridas em contextos geográficos distantes, expondo o público a cenas de sofrimento que, embora visíveis, permanecem fora do seu alcance prático de intervenção. Boltanski (1999) analisa esse

fenômeno como um dilema moral do espectador, que oscila entre a compaixão e a impotência, podendo desenvolver o que denomina crise da piedade, uma forma de esgotamento diante da repetição de narrativas de dor. Moeller (1999), recorre ao conceito de fadiga da compaixão, cunhado pela enfermeira oncológica Carla Joinson, em 1992, para descrever o desgaste emocional provocado pela exposição contínua a imagens de guerras, catástrofes e crises humanitárias. De acordo com Moeller, a saturação de conteúdo trágico nas mídias tende a anestesiá-lo o público, transformando a comoção inicial em apatia. Estudos posteriores observam que essa lógica narrativa frequentemente se apoia em fórmulas padronizadas, o que compromete a capacidade da audiência de manter o engajamento com acontecimentos que envolvem sofrimento humano.

Esse fenômeno se manifesta de forma recorrente em desastres, como os ocorridos em São Sebastião (2023), no litoral norte de São Paulo, e no Rio Grande do Sul (2024). Em ambos os casos, a cobertura inicial foi marcada por forte mobilização emocional, imagens impactantes e gestos de solidariedade, mas rapidamente cedeu lugar ao silêncio. Essa prática materializa uma máxima atribuída ao ex-Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, de que o sofrimento de uma pessoa ou comunidade afetada por uma tragédia torna-se ainda mais severa quando a última emissora se retira de cena (Victor, 2018). Isso evidencia os limites de uma lógica midiática pautada na espetacularização e na volatilidade da atenção pública. Cohen (2001), ao analisar os modos sociais de negação diante de tragédias e atrocidades, observa que a repetição de narrativas de sofrimento pode provocar reações ambíguas: da comoção passageira à indiferença, da indignação ao conformismo. Esse mecanismo de negação implicatória, no qual se reconhece o sofrimento, mas sem implicação moral ou prática, é intensificado quando a mídia transforma o sofrimento em rotina. Diante disso, impõe-se um desafio ético, o de produzir coberturas que reconheçam a dor sem explorá-la, que mobilizem sem saturar, e que convertam a visibilidade em responsabilidade pública. O jornalismo, nesse contexto, deve ser capaz de romper com a lógica da compaixão efêmera, promovendo vínculos que sustentem o engajamento para além do impacto imediato.

Como uma possível alternativa a esse jornalismo que reproduz paradigmas hegemônicos, desconsidera a complexidade dos conflitos e tende à espetacularização do sofrimento, o jornalismo humanitário tem se consolidado como uma abordagem comprometida com a

dignidade humana e a escuta qualificada das populações afetadas. Para Scott, Bunce e Wright (2018), o jornalismo humanitário é caracterizado pela aplicação consciente de práticas jornalísticas em harmonia com princípios humanitários universais. Nessa perspectiva, o compromisso do repórter não se limita à informação factual, mas se estende à responsabilidade ética perante os afetados. Scott (2017) reforça que esse engajamento se expressa mais na postura e nos objetivos assumidos pelo profissional do que em um formato específico de texto, trata-se de um estado de espírito que informa a prática cotidiana do jornalismo.

Scott, Wright e Bunce (2023) conceituam o jornalismo humanitário como uma forma de trabalho de fronteira (*boundary work*), no qual jornalistas atuam em um espaço intermediário entre os campos do jornalismo e da ação humanitária. Esse entre-lugar exige a conciliação entre a lógica profissional da objetividade e princípios éticos como a solidariedade, a dignidade e a responsabilidade moral diante do sofrimento. Entre as práticas que caracterizam esse estilo, destaca-se a equivalência moral, ou seja, a noção de que todos os sofrimentos merecem atenção, independentemente de sua centralidade geopolítica ou visibilidade midiática. Essa abordagem implica manter o foco sobre crises prolongadas e frequentemente negligenciadas, priorizando relatos de sobreviventes, lideranças locais e voluntários em lugar de fontes institucionais. Em um cenário global marcado por conflitos crônicos, desastres recorrentes e vulnerabilidades agravadas por pandemias e mudanças climáticas, o jornalismo humanitário oferece uma alternativa crítica e engajada à cobertura convencional.

O jornalismo humanitário ultrapassa a lógica do socorro imediato ou do relato episódico, uma vez que para Victor e Sanches (2020) esse modelo se compromete com o ciclo completo das crises, incluindo suas causas estruturais e suas possíveis soluções, e não apenas os momentos de maior visibilidade. Ao invés de se limitar a reportar eventos trágicos, o jornalista humanitário investiga as condições históricas, sociais, políticas e econômicas que produzem e sustentam as vulnerabilidades. Com isso, assume também a função de vigilância crítica sobre o sistema de ajuda, denunciando lacunas, desigualdades e falhas de resposta. Trata-se de uma prática jornalística orientada por um ethos solidário, que busca vincular a produção de sentido à possibilidade de ação coletiva baseada em direitos, equidade e responsabilidade pública.

Proposto por Johan Galtung a partir da década de 1960, o jornalismo de paz constitui uma alternativa deliberada ao modelo convencional de cobertura de conflitos, que tende a naturalizar a guerra e reforçar dicotomias simplificadas. Em oposição a essa abordagem, o jornalismo de paz se baseia na ideia de que o conflito não deve ser reduzido à violência, mas compreendido como um processo com causas, dinâmicas e possibilidades de transformação. Para isso, Galtung (1969) propõe uma mudança de paradigma na própria prática jornalística, com foco na identificação das partes envolvidas, das estruturas subjacentes e das soluções possíveis. Em lugar de apenas relatar episódios violentos, o jornalismo de paz propõe ampliar o repertório de perguntas, “o que está em disputa?”, “quais as alternativas?”, “quais as possibilidades de reconciliação?”, contribuindo para uma compreensão mais rica, multidimensional e orientada à paz positiva.

Esse modelo preconiza também uma polifonia no discurso midiático, ou seja, a ampliação das perspectivas consideradas legítimas na cobertura. Galtung, e posteriormente autores como Shinar (2007), enfatizam a importância de ampliar a voz de diferentes atores do conflito, especialmente aqueles normalmente silenciados. Kempf (2007) contribui com a noção de jornalismo de paz como um equilíbrio delicado entre o compromisso com a construção da paz e a preservação dos princípios do jornalismo investigativo, alertando para os riscos de instrumentalização ou propaganda. Já McGoldrick e Lynch (2014), e Youngblood (2017), consolidam o conceito com base em práticas que rejeitam a narrativas que intensificam o conflito, buscam contextualização e promovem um engajamento não apenas durante essas ocorrências, mas também na fase pós-conflito. Essas abordagens não implicam negar a existência de violência ou ocultar fatos, mas sim abordá-los com responsabilidade narrativa e foco na superação dos antagonismos.

Na prática, o jornalismo de paz implica adotar princípios como a busca ativa por soluções, a recusa da lógica binária “nós contra eles”, a rejeição da propaganda de qualquer lado, a valorização da complexidade dos fatos e o compromisso com a representação equitativa dos atores envolvidos. Youngblood (2024) destaca que uma das tarefas centrais do jornalismo de paz é evitar escolhas linguísticas inflamadas, demonizantes ou estereotipadas, pois essas palavras, mesmo que frequentes no jornalismo tradicional, são subjetivas e imprecisas, podendo agravar conflitos e induzir emoções negativas. Em vez

disso, propõe o uso de linguagem descritiva e não sensacionalista, que permita ao público formar seu próprio julgamento.

Victor (2021) argumenta que o vínculo entre o jornalismo humanitário e o jornalismo de paz não reside necessariamente no conteúdo temático das coberturas, mas no *como cobrir*, ou seja, nas escolhas éticas, narrativas e relacionais que orientam a prática jornalística. A convergência entre esses dois modelos está na recusa à espetacularização, na escuta ativa das populações afetadas, na centralidade da dignidade dos sujeitos e na busca por justiça e equidade. Trata-se de uma perspectiva processual, alinhada à noção de paz positiva (Galtung, 2006), que propõe coberturas orientadas não apenas pela informação, mas pelo compromisso com o enfrentamento das causas estruturais do sofrimento e com a promoção de vínculos sociais mais justos.

A forma como o sofrimento humano é percebido pelo público não depende apenas da mensagem jornalística em si, mas também dos marcos interpretativos que orientam a leitura de cada audiência. O conceito de comunidades interpretativas, formulado por Stanley Fish (1980) na crítica literária e posteriormente incorporado aos estudos da recepção, refere-se à ideia de que grupos sociais compartilham esquemas de sentido que moldam sua compreensão do mundo. Schwandt (1994), a partir da tradição construtivista nas ciências sociais, reforça esse ponto ao argumentar que o conhecimento, inclusive o que chamamos de verdade, é produzido coletivamente, no interior de comunidades que conferem legitimidade a certas interpretações. No campo jornalístico, isso significa que a autoridade da notícia não é universal, mas condicionada ao seu alinhamento com os valores, crenças e repertórios culturais de grupos específicos. Comunidades religiosas, étnicas, profissionais ou ideológicas filtram a recepção das mensagens jornalísticas conforme suas próprias referências simbólicas.

Quando se trata da representação do sofrimento humano, essas mediações se tornam ainda mais visíveis. Audiências distintas reagem de maneiras diversas a um mesmo evento, influenciadas por sua relação afetiva ou simbólica com os grupos retratados. Leitores habituais de determinados veículos, por exemplo, tendem a desenvolver expectativas sobre a linguagem, o enquadramento e o posicionamento editorial das reportagens, o que orienta suas emoções e níveis de engajamento. Fatores como classe social, gênero, origem

territorial ou identidade cultural também interferem na forma como o sofrimento é acolhido, ou rejeitado.

Comunidades interpretativas que compartilham vínculos com os sujeitos afetados geralmente demonstram empatia ativa; já grupos distantes cultural ou ideologicamente podem experimentar a dor alheia como algo abstrato, desumanizado ou até irrelevante. Nesse sentido, o sofrimento distante e a fadiga da compaixão devem ser compreendidos a partir dessas mediações. A crítica à objetividade jornalística se reforça aqui, pois ao adotar enquadramentos que ignoram as vivências e repertórios das comunidades mais vulnerabilizadas, o jornalismo convencional limita seu potencial de engajamento e passa a contribuir para o apagamento de vozes que já enfrentam dificuldades de reconhecimento.

Considerações

Diante do agravamento das crises globais, refletir criticamente sobre os modos de fazer jornalismo torna-se não apenas relevante, mas urgente. A objetividade clássica, construída sobre a ideia de neutralidade e distanciamento, mostra-se limitada para lidar com a complexidade dos conflitos contemporâneos e dos desastres socioambientais. Ao negligenciar contextos estruturais e silenciar sujeitos historicamente vulnerabilizados, essa lógica compromete a capacidade do jornalismo de produzir sentidos socialmente significativos. Em contraponto, os enquadramentos humanitário e de paz oferecem fundamentos teóricos e éticos que ampliam a compreensão do papel do jornalista frente ao sofrimento humano.

Ambas as abordagens propõem deslocamentos fundamentais, a do evento isolado para os processos históricos, do foco exclusivo no impacto para a escuta ativa de quem vivencia a crise, da neutralidade passiva para o compromisso com a dignidade. Nesse sentido, o jornalismo não se isenta de relatar conflitos ou desastres, mas se reinventa ao propor perguntas mais complexas e ao adotar uma postura sensível às consequências de cada narrativa. O princípio de “não deixar ninguém para trás”, incorporado a agendas internacionais, encontra ressonância direta no conceito de paz positiva, ao demandar uma cobertura que vá à raiz dos problemas e reconheça os sujeitos em sua integridade.

As comparações desenvolvidas ao longo do artigo sugerem que há caminhos possíveis para uma prática jornalística mais responsável, sem que isso signifique abrir mão do rigor investigativo ou da pluralidade de perspectivas. Trata-se de incorporar novas lentes, que permitam ao jornalista atuar como mediador de sentidos e como agente de escuta em contextos marcados por sofrimento, vulnerabilidade e injustiça. A articulação entre as dimensões teóricas aqui discutidas aponta para a necessidade de que o jornalismo, ao repensar sua própria epistemologia, também se comprometa com a construção de relações sociais mais justas. Em última instância, essa revisão crítica do ofício é condição para que a notícia contribua não apenas para informar, mas para transformar.

Referências

BOLTANSKI, Luc. **Distant suffering: Morality, media and politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

COHEN, Stanley. **States of denial: knowing about atrocities and suffering**. Cambridge: Polity Press, 2001.

FISH, Stanley. **Is there a text in this class?** The authority of interpretive communities. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

GALTUNG, Johan. Violence, peace and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167–191, 1969. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/422690>. Acesso em: 3 jun. 2025.

GALTUNG, Johan. Peace journalism as an ethical challenge. **Global Media Journal: Mediterranean Edition**, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em: <https://eirineftikidimosiografia.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/11/galtung-j-peace-journalism-as-an-ethical-challenge.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2025.

KEMPF, Wilhelm. Peace journalism: A tightrope walk between advocacy journalism and constructive conflict coverage. **Conflict & Communication Online**, v. 6, n. 2. Berlin: LIT Verlag, 2007. Disponível em: http://www.cco.regener-online.de/2007_2/pdf/kempf.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

McGOLDRICK, Annabel; LYNCH, Jake. Audience Response to Peace Journalism. **Journalism Studies**. London: Taylor & Francis, 2014.

MOELLER, Susan D. **Compassion fatigue: How the media sell disease, famine, war and death**. New York: Routledge, 1999.

SCHUDSON, Michael. The objectivity norm in American journalism. **Journalism**, v. 2, n. 2, p. 149–170, 2001.

SCHWANDT, Thomas A. Constructivist, interpretivist approaches to human inquiry. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (ed.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994. p. 118–137.

SCOTT, Martin. What makes news humanitarian? The dilemmas of reporting on suffering. **Public Media Alliance**, maio de 2017.

SCOTT, Martin; BUNCE, Mel; WRIGHT, Kate. **The State of Humanitarian Journalism**. Norwich, England: University of East Anglia, 2018.

SCOTT, Martin; WRIGHT, Kate; BUNCE, Mel. **Humanitarian Journalists: Covering Crises from a Boundary Zone**. Cham: Palgrave Macmillan, 2023. Disponível em: https://africaplanetwatch.org/wp-content/uploads/2023/01/9781003356806_webpdf.pdf. Acesso em: 30 mai. 2025.

SHINAR, Dov. Peace journalism: The state of the art. **Conflict & Communication Online**, v. 6, n. 1. Berlin: LIT Verlag, 2007.

TUCHMAN, Gaye. Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity. **American Journal of Sociology**, v. 77, n. 4, p. 660–679, 1972.

UNOCHA – United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. **Global Humanitarian Overview 2025 – Abridged Report**. Genebra: OCHA, 2024. Disponível em: <https://humanitarianaction.info>. Acesso em: 5 jun. 2025.

VICTOR, Cilene. Jornalistas e a lesão moral na pandemia: comunicação de riscos antes do jornalismo humanitário e de paz. In: VICTOR, Cilene; SOUSA, Cidival Morais (orgs.). **A pandemia na sociedade de risco: perspectivas da comunicação**. Campina Grande: EDUEPB, 2021. p. 293–332. ISBN 978-65-87171-24-1.

VICTOR, Cilene. Opacidade do sofrimento humano decorrente de desastre sob a perspectiva do jornalismo humanitário. **Folios**, Facultad de Comunicaciones, Universidad de Antioquia, n. 40, julio–diciembre 2018.

YOUNGBLOOD, Steven. **Peace journalism principles and practices: Responsibly reporting conflicts, reconciliation, and solutions**. New York: Routledge, 2017.

YOUNGBLOOD, Steven. Peace Journalism: An Introduction to Peace Journalism, the Center for Global Peace Journalism, and the Peace Journalist Magazine. **Kronotop Journal of Communication**, v. 1, n. 2, 2024, p. 210–222. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/en/download/article-file/3862815>.

ZELIZER, Barbie. When facts, truth, and reality are god-terms: On journalism's uneasy place in cultural studies. **Communication and Critical/Cultural Studies**, v. 1, n. 1, p. 100–119, 2004.